



2º Simulado Especial

BNDES

Cargo: Analista - Profissional Básico
Direito – Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial BNDES (Analista - Profissional Básico - Direito)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista - Profissional Básico - Direito** do **BNDES**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/WAP9TUWfFZgSMnqe8>

01 - A B C D E	15 - A B C D E	29 - A B C D E	43 - A B C D E	57 - A B C D E
02 - A B C D E	16 - A B C D E	30 - A B C D E	44 - A B C D E	58 - A B C D E
03 - A B C D E	17 - A B C D E	31 - A B C D E	45 - A B C D E	59 - A B C D E
04 - A B C D E	18 - A B C D E	32 - A B C D E	46 - A B C D E	60 - A B C D E
05 - A B C D E	19 - A B C D E	33 - A B C D E	47 - A B C D E	61 - A B C D E
06 - A B C D E	20 - A B C D E	34 - A B C D E	48 - A B C D E	62 - A B C D E
07 - A B C D E	21 - A B C D E	35 - A B C D E	49 - A B C D E	63 - A B C D E
08 - A B C D E	22 - A B C D E	36 - A B C D E	50 - A B C D E	64 - A B C D E
09 - A B C D E	23 - A B C D E	37 - A B C D E	51 - A B C D E	65 - A B C D E
10 - A B C D E	24 - A B C D E	38 - A B C D E	52 - A B C D E	66 - A B C D E
11 - A B C D E	25 - A B C D E	39 - A B C D E	53 - A B C D E	67 - A B C D E
12 - A B C D E	26 - A B C D E	40 - A B C D E	54 - A B C D E	68 - A B C D E
13 - A B C D E	27 - A B C D E	41 - A B C D E	55 - A B C D E	69 - A B C D E
14 - A B C D E	28 - A B C D E	42 - A B C D E	56 - A B C D E	70 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/u1QS>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

No Brasil, os jogos de apostas online têm se tornado uma preocupação crescente entre especialistas por serem projetados para viciar. A popularidade dos aplicativos de apostas, ou *bets*, é alimentada pela constante propaganda de ganhos vultosos em um curto período de tempo. Em entrevista ao Pauta Pública desta semana, o psicólogo e pesquisador Altay de Souza alerta para os perigos de uma epidemia ainda silenciosa, oculta nas telas de celulares.

“O vício em apostas online pode ser comparado a uma epidemia de saúde pública” — alerta ele, que fala sobre as consequências psicológicas e financeiras do crescente fenômeno de apostas no Brasil.

Consoante um relatório da XP Investimentos, essas atividades já movimentam 1% do PIB e comprometem 20% do orçamento livre das famílias mais pobres. Já a consultoria PwC estima que as apostas já representam 1,38% do orçamento médio familiar desses estratos de menor renda, um aumento de cinco vezes em relação a cinco anos atrás, quando era de 0,27%. Souza destaca que a incidência de pessoas usando *bets* cresce em países com maior desigualdade, fazendo com que muitas busquem soluções rápidas para seus problemas financeiros.

A ausência de regulação efetiva no Brasil também é preocupante. Em 2018, uma lei com regras pouco claras legalizou os sites de apostas esportivas, conhecidos como *bets*. Em 2023, foi aprovada a Lei 14.790, conhecida como nova lei de apostas esportivas, que, em tese, regula os processos de autorização de casas de apostas físicas ou virtuais, estabelece direitos dos apostadores, regula a publicidade de apostas e também a tributação.

De acordo com a Fiquem Sabendo, a aprovação dessa lei foi resultado de meses de lobby das empresas de apostas em ao menos 78 reuniões em nove ministérios. Altay de Souza destaca que estratégias como melhorar a educação financeira são insuficientes para combater o vício em apostas, apontando para a necessidade de políticas que reduzam a desigualdade e protejam os consumidores.

<https://apublica.org/2024/09/vicio-em-apostas-online-e-comparavel-a-epidemia-de-saude-publica-alerta-altay-de-souza/>

01. Segundo o texto, a principal preocupação dos especialistas em relação aos jogos de apostas online é:

- a) O impacto das apostas online na economia nacional.
- b) O vício que esses jogos podem causar, comparável a uma epidemia.
- c) A ausência de campanhas publicitárias contra o vício.
- d) A baixa popularidade dos jogos de apostas online no Brasil.
- e) O aumento do PIB em função do crescimento das apostas online.

02. O fator apontado como um dos motivos do aumento das apostas online em países com maior desigualdade, segundo o texto, é:

- a) A regulamentação das apostas esportivas em 2023.
- b) A busca por soluções rápidas para problemas financeiros.
- c) O aumento das propagandas das empresas de apostas.
- d) A criação de políticas que protegem os consumidores.
- e) A melhoria na educação financeira das famílias mais pobres.

03. Sobre a Lei 14.790 de 2023, aprovada no Brasil, é correto afirmar que:

- a) Proíbe completamente a publicidade de apostas online no país.
- b) Foi aprovada sem qualquer interferência de empresas de apostas.
- c) Foi uma iniciativa do governo para eliminar o vício em apostas.
- d) Define que o orçamento familiar destinado a apostas não pode ultrapassar 1,38%.
- e) Regula aspectos como processos de autorização de casas de apostas e a tributação.

04. Já a consultoria PwC estima que as apostas já representam 1,38% do orçamento médio familiar desses estratos de menor renda

O vocábulo destacado expressa no texto valor de

- a) tempo;
- b) antecipação;
- c) contraposição;
- d) surpresa;
- e) imediatismo;

05. No trecho “Souza destaca que a incidência de pessoas usando *bets* cresce em países com maior desigualdade, fazendo com que muitas busquem soluções rápidas para seus problemas financeiros.”, a palavra “que” exerce a mesma função da que está destacada em:

- a) “O vício em apostas online pode ser comparado a uma epidemia de saúde pública” — alerta ele, que fala sobre as consequências psicológicas e financeiras do crescente fenômeno de apostas no Brasil.
- b) apontando para a necessidade de políticas que reduzam a desigualdade e protejam os consumidores.
- c) o psicólogo e pesquisador Altay de Souza alerta para os perigos de uma epidemia ainda silenciosa, que está oculta nas telas de celulares.
- d) Já a consultoria PwC estima que as apostas já representam 1,38% do orçamento médio familiar desses estratos de menor renda
- e) Em 2023, foi aprovada a Lei 14.790, conhecida como nova lei de apostas esportivas, que, em tese, regula os processos de autorização de casas de apostas físicas ou virtuais

06. A concordância do verbo destacado em negrito atende às exigências da norma-padrão da língua portuguesa em:

- a) Ao considerar as famílias mais pobres, constata-se a importância do papel da educação financeira.

b) Nos últimos anos, criou-se inúmeros sites de aposta, que prometem ganhos rápidos e expressivos.

c) Para atender às ambições da população, ampliou-se as propagandas de apostas esportivas.

d) Para reduzir o endividamento das famílias, precisam-se de novas alternativas de educação financeira.

e) Quando se analisa os índices de endividamento familiar, fica claro que é vital investir em campanhas educativas.

07. Consoante um relatório da XP Investimentos, essas atividades já movimentam 1% do PIB e comprometem 20% do orçamento livre das famílias mais pobres.

Sem prejuízo para o sentido original do texto, o vocábulo destacado poderia corretamente ser substituído por:

- a) Como;
- b) De acordo;
- c) Segundo;
- d) Embora;
- e) Conquanto;

08. No Brasil, os jogos de apostas online têm-se tornado uma preocupação crescente entre especialistas por serem projetados para viciar.

A forma verbal destacada indica no texto:

- a) um processo que se iniciou no passado e perdura no presente;
- b) uma ação habitual ou reiterada no pretérito;
- c) uma ação concluída antes de outra no passado;
- d) uma ação concluída antes de outra no futuro;
- e) um processo totalmente concluído e pontual no passado;

09. Considere as frases a seguir e assinale a alternativa em que a circunstância expressa pelo termo em destaque está corretamente identificada nos parênteses.

- a) Em anos trabalhando com quadros antigos, nunca reclamou da sua função. (dúvida)
- b) Todos os momentos que passamos juntos se tornaram apenas boas memórias... (negação)
- c) Ficou claro que o povo sabia a resposta e nós também. (intensidade)
- d) Convenientemente, quem mais critica repete os comportamentos que condena... (modo)
- e) Os últimos homens que ainda permanecerem fiéis serão heróis. (afirmação).

10. De acordo com as regras de emprego do hífen, esse sinal gráfico foi utilizado corretamente, em todas as palavras, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, em:

- a) anti-higiênico, contra-ataque, pré-exaustão
- b) anti-inflamatório, auto-hipnose, micro-ondas
- c) anti-social, semi-aberto, sem-terra
- d) extra-oficial, auto-condicionamento, anti-caspa
- e) pré-história, inter-racial, anti-depressivo

LÍNGUA INGLESA

Andrea Belo

Text for questions 11 to 15.

Adopting a child

Adopting felt like the right choice for my husband and I. It wasn't because we couldn't have a baby by ourselves. I didn't get pregnant naturally, but we could have tried IVF. But I was worried that doing so would affect our relationship. We had always aimed to do things together and share responsibility. But that's not possible when it comes to pregnancy and IVF. Plus, my husband's mother was adopted, so it didn't seem an unusual thing to do. Since then, I've realized just how many kids are in care,

looking for homes and families, and I know it was the right choice.

Parents interested in adoption have to go through an in-depth training course. They not only learn about the experiences of kids in care, but also they study their own lives in detail. It's an emotional process because you remember all sorts of issues from your past that you'd rather not think about. But it teaches you a lot about yourself and your partner. Afterwards, you are far more prepared to deal with family issues than people who become parents naturally.

The adoption agency encouraged us to specify what sort of child we wanted to adopt regarding their sex, age, appearance, health, educational ability, hobbies and so on. We didn't feel comfortable about that because we would have been happy to provide a home for any child who needed it. But their reasoning was clear. The better the child meets the parents' expectations, the more likely it'll succeed. Our training had taught us that we had certain expectations of family life, so we followed their advice and came up with a list.

<https://test-english.com/reading/b1/adopting-a-child-b1-english-reading-test/>

11. What is the main purpose of the text?

- a) To describe the process of adopting a child.
- b) To explain why the author chose adoption over IVF.
- c) To discuss the emotional challenges of adoption.
- d) To advocate for adopting children in care.
- e) To analyze the impact of adoption on family dynamics.

12. Which fact is NOT mentioned as part of the training course for adoptive parents?

- a) Learning about children's experiences in care.
- b) Examining personal past experiences in detail.
- c) Understanding one's partner better.
- d) Identifying expectations about family life.
- e) Learning medical procedures for IVF.

13. In the sentence "But that's not possible when it comes to pregnancy and IVF," what does the word "that" refer to?

- a) Doing things together and sharing responsibility.
- b) Getting pregnant naturally.
- c) Adopting a child.
- d) Having a baby through IVF.
- e) Building a relationship with one's partner.

14. In the text, the word "specify" can be replaced by

- a) Designated.
- b) Ignored.
- c) Adapted.
- d) Modified.
- e) Simplified.

15. According to the text, parents

- a) have to offer a specific course for those who are interested in adopting.
- b) should take part of a specific course if interested in adopting.
- c) should talk to the children if interested in adopting.
- d) must share their experiences if interested in adopting.
- e) should offer a specific course to other parents.

CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO

Stefan Fantini

16. O ciclo de políticas públicas é composto por algumas fases. Indique, dentre as alternativas a seguir, qual não traz uma dessas fases.

- a) Construção da agenda
- b) Formulação da política
- c) Implementação
- d) Tomada de contas
- e) Avaliação

17. A análise de políticas públicas utilizada quando os custos e os resultados das políticas públicas podem ser traduzidos em unidades monetárias é chamada de

- a) Análise Custo-Efetividade
- b) Análise Efetividade-Benefício
- c) Análise Custo-Benefício
- d) Análise Benefício-Efetividade
- e) Análise Efetividade-Custo

18. A avaliação que ocorre durante a implementação, para avaliar o "andamento" da política pública, sendo realizada para se adquirir mais "conhecimento" sobre o processo, com o objetivo de melhorar a implementação e o desenvolvimento da política, é chamada de:

- a) Avaliação Ex Post
- b) Avaliação Ex Ante
- c) Avaliação In Itinere
- d) Avaliação Somativa
- e) Avaliação Posterior

**PAPEL DO BNDES NO DESENVOLVIMENTO
BRASILEIRO***Leandro Signori*

19. Com base no Índice de Diversidade B3 (IDIVERSA B3), lançado em 2023 pela B3, assinale a alternativa **correta**:

O Índice de Diversidade B3 (IDIVERSA B3):

- a) Inclui apenas ações de empresas brasileiras listadas na B3 que possuem mulheres e pessoas negras ou indígenas em cargos de liderança, independentemente de seu desempenho de mercado.
- b) Não permite a inclusão de empresas que estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, mas aceita a participação de ativos que sejam "Penny Stocks" desde que atendam aos demais critérios de inclusão.
- c) É um índice que combina critérios de diversidade racial e de gênero e pondera os ativos com base no valor de mercado das empresas, sem qualquer limite de participação para os ativos individuais.
- d) Reflete o desempenho das ações de empresas que atendem a critérios de diversidade racial e de gênero, com base no Score de Diversidade B3, e exclui ativos que passem a ser listados em situação especial durante a vigência da carteira.
- e) É composto por ações e units de empresas que representam 100% do somatório total dos indicadores de negociabilidade da B3, independentemente de critérios de diversidade.

20. No contexto das décadas de 1940 e 1950, em meio a industrialização e urbanização, o Brasil estreitou as suas relações com os Estados Unidos, o que possibilitou a realização de vários empreendimentos. Desse estreitamento de relações destacam-se a realização de estudos e diagnósticos sobre a economia brasileira e a obtenção de recursos para projetos de desenvolvimento econômico, notadamente na área de infraestrutura.

Da cooperação com os Estados Unidos destacam-se as missões Cooke e Abbink e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CBMU).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é criado em meio a esse contexto, dos esforços de cooperação internacional na área econômica com o governo estadunidense e, também, com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), da Organização das Nações Unidas (ONU). Outro fato fundamental foi a Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico, em 1951. Entre os objetivos do referido plano estava a expansão dos serviços básicos de infraestrutura, principalmente de transporte e energia, que se apresentavam como empecilhos ao processo de industrialização.

Considerando as informações acima, analise as afirmativas a seguir e assinale a **incorreta**:

- a) A Missão Cooke foi responsável pela recomendação de medidas imediatas para a industrialização do Brasil e a criação do BNDE.
- b) A Missão Abbink teve um papel fundamental ao propor o Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico, que culminou diretamente na criação do BNDE.
- c) A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) elaborou relatórios que destacavam a necessidade de investimentos em infraestrutura, sendo um dos fatores que levaram à criação do BNDE.
- d) O Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico foi elaborado exclusivamente pelo governo brasileiro sem influência externa e resultou na criação do BNDE.
- e) A criação do BNDE ocorreu imediatamente após a Missão Cooke, sem influência de outras comissões ou missões internacionais.

**CLIMA, SUSTENTABILIDADE E
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E
CLIMÁTICA***André Rocha*

21. As unidades de conservação (UCs) no Brasil são áreas protegidas criadas com o objetivo de conservar ecossistemas, proteger a biodiversidade e promover o uso sustentável dos recursos naturais. Elas são estabelecidas pelo poder público (federal, estadual ou municipal) com base na Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). As UCs desempenham um papel vital na preservação da fauna, flora, dos recursos hídricos e na mitigação de impactos ambientais.

Sobre as unidades de conservação no Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) A restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original, conhecida como restauração, é fundamental para a conservação de áreas protegidas no Brasil.
- b) O SNUC possui como o órgão central o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com a finalidade de coordenar o Sistema.
- c) Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Uso Sustentável.
- d) As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas. Um deles possui o objetivo básico de preservar a natureza, enquanto o outro possui o objetivo básico de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.
- e) As unidades de conservação, exceto as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e as Reservas

Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), devem dispor de um Plano de Manejo.

22. O Novo Código Florestal Brasileiro, instituído pela Lei nº 12.651/2012, é a legislação que regula o uso e a preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa no Brasil. Ele substituiu o antigo Código Florestal de 1965, adaptando-se às demandas atuais de desenvolvimento econômico e conservação ambiental. A nova legislação estabelece regras para o manejo sustentável dos recursos naturais, buscando conciliar a proteção do meio ambiente com a produção agrícola.

Entre as principais disposições do Novo Código Florestal estão as definições de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais. As APPs são áreas protegidas nas margens de rios, topos de morros e encostas íngremes, cuja função é a preservação dos recursos hídricos, controle da erosão e proteção da biodiversidade. Já as Reservas Legais são frações de propriedades rurais que devem ser mantidas com vegetação nativa, variando conforme a região do país.

Assinale a alternativa que não contém uma área considerada de preservação permanente nos termos do Código Florestal.

- a) As áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, em zonas urbanas.
- b) Áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.
- c) Em veredas, na faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado.
- d) As encostas ou partes destas com declividade superior a 45º, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive.
- e) As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros.

**RESOLUÇÕES CMN Nº4557/2017 E
Nº4945/2021 E DESENVOLVIMENTO E
FINANÇAS SUSTENTÁVEIS***Nick Simonek*

23. A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática - PRSAC consiste no conjunto de princípios e diretrizes de natureza social, de natureza ambiental e de natureza climática a ser observado pela instituição na condução dos seus negócios, das suas atividades e dos seus processos, bem como na sua relação com as partes interessadas.

Nesse sentido, é correto afirmar que:

- a) natureza social, o respeito, a proteção e a promoção de direitos e garantias fundamentais e de interesse comum;
- b) interesse comum, interesse associado a um pequeno grupo de pessoas ligadas jurídica ou factualmente pela mesma causa ou circunstância, ainda que relacionada à natureza ambiental ou à natureza climática;
- c) natureza ambiental, a preservação e a reparação do meio ambiente, incluindo sua recuperação, em qualquer situação no último caso;
- d) natureza climática, a contribuição positiva da instituição na transição para uma economia de alto carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é aumentada ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados;
- e) natureza climática, a contribuição positiva da instituição na redução dos impactos ocasionados por intempéries frequentes e severas ou por alterações ambientais de longo prazo, que não estejam associados a mudanças em padrões climáticos;

24. A Resolução 4557/2017 do CMN, dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações em instituições financeiras.

Sobre o tema é correto afirmar que a estrutura de gerenciamento de riscos deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar, exceto:

- a) o risco de crédito;
- b) o risco de mercado;
- c) o risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária;
- d) o risco operacional;
- e) o risco de empregabilidade.

**PRINCÍPIOS DE ANÁLISE DE DADOS E
INFORMAÇÕES***Emannuelle Gouveia*

25. Das letras abaixo, marque aquela que NÃO indica uma característica dos dados informacionais ou analíticos:

- a) Seu conteúdo é formado por: valores sumarizados, calculados, integrados de várias fontes.
- b) Sua organização é por assuntos/negócios.
- c) Sua natureza é dinâmica.
- d) Seu uso é estruturado em fatos/dimensões, com processamento analítico e preditivo.
- e) Seu tempo de resposta, por se tratar de análises mais complexas, podem ser maiores.

26. Sobre o uso do produto dos dados, através da técnica de Mineração de dados é correto afirmar que a tarefa da Previsão busca:

- a) identificar a existência de um item, um evento ou uma atividade através dos padrões dos dados.
- b) mostrar como certos atributos dos dados se comportarão no futuro.
- c) particionar os dados de modo que diferentes classes ou categorias possam ser identificadas com base em combinações de parâmetros.
- d) otimizar o uso de recursos limitados, como tempo, espaço, dinheiro ou materiais e maximizar variáveis de saída como vendas ou lucros sob determinado conjunto de restrições.
- e) repetir padrões de funcionamento já existentes evitando o tempo gasto com curvas de aprendizado.

ESTRUTURAS LÓGICAS E NOÇÕES BÁSICAS DE LÓGICA

Eduardo Mocellin

27. A negação da afirmação “Roberto não é concurseiro e Gabriela é concursada” pode ser descrita por

- a) se Roberto não é concurseiro, então Gabriela não é concursada.
- b) se Gabriela é concursada, então Roberto não é concurseiro.
- c) Roberto é concurseiro e Gabriela não é concursada.
- d) Roberto não é concurseiro ou Gabriela é concursada.
- e) Roberto é concurseiro ou Gabriela é concursada.

28. Considere como verdadeiras as afirmações:

- Todo concurseiro bruto não tem vida social.
- Se um concurseiro não tem vida social, então é um forte candidato.

A partir dessas afirmações é correto concluir que

- a) se um concurseiro não é bruto, então tem vida social.
- b) se um concurseiro tem vida social, então não é um forte candidato.
- c) se um concurseiro não tem vida social, então é bruto.
- d) se um concurseiro é um forte candidato, então não tem vida social.
- e) se um concurseiro não é um forte candidato, então não é bruto.

ANÁLISE DE DADOS: ESTATÍSTICA DESCRITIVA

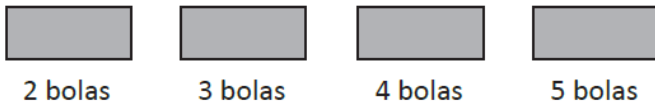
Carlos Henrique

29. Em uma unidade do BNB, estão de plantão doze auditores, sendo sete homens e cinco mulheres. Desse total de auditores, dois serão escolhidos ao acaso para compor uma equipe que atuará em uma missão.

Nessa situação hipotética, a probabilidade de que essa equipe tenha pelo menos uma mulher é de:

- a) 13/22.
- b) 5/33.
- c) 7/22.
- d) 35/66.
- e) 15/22

30. Corujinha recebeu a tarefa de distribuir sete bolas amarelas e sete bolas roxas em quatro caixas, e a figura abaixo mostra quantas bolas cada caixa contém.



Sabe-se que:

- cada caixa contém pelo menos uma bola amarela;
- a terceira caixa contém quantidades iguais de bolas amarelas e roxas;
- a quarta caixa possui mais bolas amarelas do que roxas.

Retirando ao acaso uma bola de cada caixa, a probabilidade de que todas sejam amarelas é:

- a) 2,5%;
- b) 5%;
- c) 1,5%;
- d) 10%;
- e) 15%.

LGPD

Herbert Almeida

31. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) visa a proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Sobre as disposições da LGPD, analise as seguintes assertivas e escolha a alternativa correta:

- a) as normas gerais contidas na LGPD são de interesse exclusivo da União, não se aplicando a Estados, Distrito Federal e Municípios.
- b) o tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente acadêmicos não se submete a qualquer disposição da LGPD.
- c) a LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente de

segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais.

- d) a proteção dos dados pessoais conforme a LGPD se aplica exclusivamente a pessoas jurídicas de direito público, não abrangendo pessoas jurídicas de direito privado.
- e) a LGPD veda o tratamento de dados pessoais sensíveis.

32. João, ao contratar um serviço de *streaming* de vídeos, foi informado que seus dados pessoais, como nome, endereço e preferências de conteúdo, seriam utilizados para personalizar recomendações de filmes e séries. No entanto, ao ler os termos de uso, ele percebeu que seus dados também poderiam ser compartilhados com empresas parceiras para finalidades publicitárias. João não concordou com essa parte do compartilhamento e entrou em contato com a plataforma para entender melhor como seus dados estavam sendo tratados. Acerca do consentimento, assinale a opção correta:

- a) é vedada a dispensa da exigência de consentimento do titular para divulgação de seus dados pessoais.
- b) na hipótese em que o titular já tiver fornecido consentimento para tratamento de seus dados pessoais a um controlador, é dispensado fornecer um novo consentimento específico, caso haja necessidade de compartilhar esses dados com outros controladores.
- c) eventual dispensa da exigência do consentimento não desobriga os agentes de tratamento da observância dos princípios gerais e da garantia dos direitos do titular.
- d) o consentimento para tratamento de dados pessoais deve ser fornecido obrigatoriamente por escrito.
- e) o consentimento poderá ser dado de forma genérica ou referir-se a finalidades específicas.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Géssica Ehle

33. *O Brasil assumiu, pela primeira vez, a presidência do G20 e colocou na pauta de prioridades temas sociais como o combate à fome e à pobreza. Desde 1º de dezembro de 2023, o Brasil assumiu, pela primeira vez, a presidência do G20 e colocou na pauta outras prioridades: a reforma da governança global, as três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental) e o combate à fome, pobreza e desigualdade. “Queremos, com uma aliança global, dar suporte e impulso político, recursos financeiros e cooperação técnica para apoiar a implementação direta de políticas de sucesso comprovado, em cada país que quiser participar. A Aliança Global contra a Fome e a Pobreza é o caminho para trabalharmos juntos”. Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias.*

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **G20: o que é e como funciona?** Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/g20-o-que-e-e-como-funciona>>. Acesso em 09 set. 2024.

Levando em conta o texto acima, é possível afirmar que o país, quando cria programas como o Bolsa Família ou o Cadastro Único, está

- a) produzindo ações afirmativas, sempre abertas à colaboração da sociedade civil
- b) comprometido em cumprir os objetivos estabelecidos pela Carta Constitucional, implementado políticas públicas
- c) demonstrando o quão avançado está no sentido do desenvolvimento social, de modo a não demonstrar práticas continuadas
- d) efetivando o Texto da Constituição de 1988, já promulgada sob o prisma de um país desenvolvido, que já superou a extrema pobreza
- e) implementado políticas públicas direcionadas às populações de baixa renda, concedendo a elas direitos sociais exclusivos, em prol da construção de uma sociedade isonômica

34. O Índice de Diversidade B3 (IDIVERSA B3) é o resultado de uma carteira teórica de ativos, elaborada de acordo com os critérios estabelecidos nesta metodologia. Os índices da B3 utilizam procedimentos e regras constantes do Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da B3 (Conceitos e Procedimentos).

Metodologia do Índice Diversidade B3 (IDIVERSA B3). Disponível em: <<https://www.b3.com.br, Market Data e Índices, Índices de Sustentabilidade, Índice de Diversidade B3>>.

Sobre o IDIVERSA BE, é correto afirmar que serão selecionados para compor o IDIVERSA B3 os ativos que atendam cumulativamente:

- I. Ter presença em pregão de 95% (noventa e cinco por cento) no período de vigência das 3 (três) carteiras anteriores.
- II. Estar entre os ativos elegíveis que, no período de vigência das 3 (três) carteiras anteriores, em ordem decrescente de Índice de Negociabilidade (IN), representem em conjunto 99% (noventa e nove por cento) do somatório total desses indicadores (ver Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da B3).
- III. Que deixarem de atender a qualquer um dos critérios de inclusão para que sirvam como critério para ponderação das práticas em face dos demais índices.

Está incorreto o que se afirma em:

- a) Apenas a I
- b) Apenas a II
- c) Apenas a III
- d) Nenhuma das assertivas
- e) Todas as assertivas

35. A segregação socioespacial refere-se à separação física e geográfica de diferentes grupos sociais dentro de uma mesma área urbana. Essa segregação pode ocorrer de várias formas, incluindo a segregação residencial, em que determinados grupos sociais se concentram em áreas específicas da cidade devido a fatores como classe social ou status socioeconômico. Isso gera uma grande diferença no acesso aos serviços públicos e às construções habitacionais, afetando a dignidade das pessoas. No Brasil, essa situação é muito presente devido ao crescimento urbano desordenado e acelerado. [...] A segregação socioespacial involuntária se caracteriza por acontecer de forma não planejada. Isso significa que ela é derivada das condições econômicas e sociais e costuma destacar a desigualdade social existente nas cidades. Esse é o caso de Paraisópolis e Morumbi. Na comunidade, 75% das residências não têm rede de esgoto e 60% contam com energia elétrica devido a ligações irregulares. Enquanto isso, o Morumbi tem condomínios de luxo, asfalto e calçamento em todas as vias, e acesso a serviços públicos. A diferença na quantidade de habitantes por hectare também é grande: 1.000 em Paraisópolis, 30 no bairro valorizado da capital paulista.

BRASIL. Habitat para a Humanidade. Disponível em: <
<https://habitatbrasil.org.br/segregacao-socioespacial/>>. Acesso em 09 set.
2024.

Diante do conceito de segregação socioespacial narrado pelo texto acima, tem-se que o mesmo está relacionado

- a) diretamente com a questão de gênero
- b) indiretamente com a questão racial
- c) diretamente às políticas internas do setor privado
- d) às problemáticas sociais atuais, apenas
- e) ao avanço na prestação dos direitos civis, sobretudo

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

36. O diretor de uma empresa concedeu uma participação nos lucros aos seus funcionários. Entretanto, estipulou que, se no final do ano, os rendimentos auferidos pela empresa não atingissem um determinado patamar, a participação nos lucros seria extinta.

Considerando a situação narrada, é correto afirmar que a estipulação caracteriza:

- a) Condição suspensiva.
- b) Condição resolutiva.
- c) Condição potestativa.
- d) Condição perplexa.
- e) Condição defesa.

37. Em um contrato de compra e venda, as partes ajustaram um prazo para exercício do direito de preferência em favor do vendedor, caso o comprador pretendesse revender o bem a terceiro.

Considerando a situação narrada, é correto afirmar que:

- a) O prazo ajustado tem caráter prescricional.
- b) O prazo ajustado pode ser conhecido de ofício pelo juiz, após sua consumação.
- c) As partes não podem renunciar ao prazo ajustado.
- d) O prazo ajustado não admite causas interruptivas.
- e) O prazo ajustado admite causas suspensivas.

38. Após o divórcio, o ex-marido resolveu se casar com sua enteada, filha de sua ex-mulher.

O casamento em questão é:

- a) Válido.
- b) Nulo.
- c) Anulável.
- d) Irregular.
- e) Incurso em causa suspensiva.

DIREITO DE EMPRESA

Cadu Carillo

39. A respeito das regras previstas no Código Civil sobre o exercício da atividade empresarial, analise cada um dos itens e depois marque a opção correta:

- I - Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- II - Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, mesmo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- III - É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

Dos itens acima, estão corretos os itens:

- a) I, II e III.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas I e II.
- e) Nenhum.

40. A sociedade anônima é um tipo societário com lei específica, trata-se da Lei nº 6.404 de 1976. Nessa lei estão as menções aos valores mobiliários que podem ser emitidos pela sociedade anônima. Marque a única opção que não é um tipo de valor mobiliário tratado nessa lei:

- a) ações.
- b) partes beneficiárias.
- c) duplicatas.
- d) debêntures.
- e) bônus de subscrição.

41. Sobre as sociedades simples:

- a) Nos quinze dias subsequentes à sua constituição, a sociedade deverá requerer a inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.
- b) A sociedade simples que instituir sucursal, filial ou agência na circunscrição de outro Registro Civil das Pessoas Jurídicas, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária.
- c) As obrigações dos sócios começam com a inscrição do contrato, se este não fixar outra data, e terminam quando, liquidada a sociedade, se extinguirem as responsabilidades sociais.
- d) O sócio que, a título de quota social, transmitir domínio, posse ou uso, responde pela evicção; e aquele que transferir crédito não responde pela solvência do devedor.
- e) A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, ainda assim terá eficácia quanto a estes e à sociedade.

REGULAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL*Amanda Aires*

42. Sobre o conceito e funcionamento do mercado de capitais e o papel das instituições reguladoras, qual das alternativas a seguir está correta?

- a) O mercado de capitais é supervisionado exclusivamente pelo Banco Central do Brasil, sem interferência de outros órgãos reguladores.
- b) A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é o órgão responsável pela regulação e fiscalização do mercado de valores mobiliários no Brasil, incluindo a emissão e negociação de ações e outros títulos.
- c) No mercado de capitais, o Conselho Monetário Nacional (CMN) não possui qualquer responsabilidade sobre políticas de regulação, sendo uma função exclusiva das instituições financeiras.
- d) O processo de distribuição de valores mobiliários no mercado primário é regulado diretamente pelo Banco Central do Brasil, sem a participação da CVM.
- e) A B3, bolsa de valores brasileira, é responsável unicamente pelas operações do mercado primário, não sendo envolvida em operações de mercado secundário.

43. Qual das alternativas a seguir descreve corretamente o processo de **underwriting** no mercado de capitais?

- a) Underwriting é o processo pelo qual uma instituição financeira, normalmente um banco de investimento, garante a colocação de valores mobiliários no mercado, assumindo o risco de venda ou não dos títulos.
- b) Underwriting é um processo de compra direta de valores mobiliários pelo Banco Central, que depois distribui esses valores ao mercado secundário.
- c) O processo de underwriting é utilizado exclusivamente para a venda de títulos públicos,

não sendo aplicável à emissão de ações ou debêntures.

- d) No processo de underwriting, o papel das instituições financeiras é passivo, limitando-se a informar o público sobre a emissão de novos valores mobiliários.
- e) O bookbuilding é uma alternativa ao underwriting, em que a empresa emissora dos valores mobiliários distribui as ações diretamente ao público, sem o envolvimento de intermediários.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

44. Carlos foi citado em demanda indenizatória intentada por Antônio. Para além de apresentar a sua contestação, pretende manifestar pretensão própria por meio de reconvenção. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A reconvenção deve ser apresentada em peça apartada da contestação.
- b) Não é possível apresentar reconvenção sem que se apresente também a contestação.
- c) A reconvenção somente pode ser proposta em desfavor de Antônio.
- d) A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
- e) A desistência da ação obsta o prosseguimento do feito quanto à reconvenção.

45. Em decisão saneadora, o juiz estabeleceu um fato como controverso. Para a resolução da demanda, reputou necessária a realização de audiência de instrução e julgamento com a oitiva de testemunhas. Segundo o Código de Processo Civil, o número de testemunhas arroladas não poderá ser superior a:

- a) 10 (dez)
- b) 3 (três)
- c) 2 (dois)
- d) 1 (um)
- e) 5 (cinco)

46. Paulo se sagrou vencedor em ação indenizatória proposta contra José. Transitada em julgado a decisão, pretende se utilizar do protesto como meio de obrigar José a pagá-lo, uma vez que esse é comerciante e depende do seu nome “limpo” para exercer a sua profissão. Diante da situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) O Código de Processo Civil não permite o protesto de decisão judicial.
- b) Basta o trânsito em julgado para que se possibilite o protesto da decisão.
- c) Para efetivar o protesto, deve o juiz oficial o cartório respectivo, determinando a prática do ato.
- d) A certidão de teor da decisão deverá ser fornecida no prazo de 3 (três) dias.
- e) Somente o exequente pode requerer o cancelamento do protesto.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

47. A respeito da Administração Pública na Constituição, julgue os itens a seguir:

- I - As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado,

exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

II - Os atos de improbidade administrativa importarão a perda dos direitos políticos e da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

III - O teto constitucional de remuneração do funcionalismo aplica-se a todas as empresas públicas e sociedades de economia mista brasileiras.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) II

48. Sobre o tema da organização dos Poderes, assinale a única alternativa correta:

- a) Compete ao Presidente da República celebrar tratados, desde que previamente autorizado pelo Congresso Nacional
- b) Compete à Câmara dos Deputados aprovar previamente a escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal
- c) É vedada a edição de medida provisória sobre direito processual civil
- d) As emendas à Constituição serão promulgadas, com o respectivo número de ordem, depois de sancionadas pelo Presidente da República
- e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União têm os mesmos direitos e prerrogativas que os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

49. Com relação à Ordem Econômica, assinale a única alternativa correta:

- a) É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei
- b) Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional
- c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado
- d) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para os setores público e privado
- e) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, exceto em relação às obrigações tributárias

ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS E DIREITO FINANCEIRO

Leandro Ravvyelle

50. A Secretaria de Planejamento de um estado brasileiro encomendou um estudo técnico para avaliar a conformidade de suas práticas de execução orçamentária com os princípios e normas gerais de Direito Financeiro. O estudo concluiu que, em alguns casos, a execução das despesas públicas estava sendo realizada sem observar o princípio da anualidade orçamentária, enquanto, em outras situações, havia dificuldades em aplicar o princípio da unidade. A partir dessa análise, a equipe de auditoria do Tribunal de Contas emitiu um parecer recomendando a adoção de medidas corretivas para garantir que a execução orçamentária

observasse rigorosamente os princípios do Direito Financeiro.

Com base nesse contexto, e considerando os princípios e normas gerais do Direito Financeiro, conforme a Lei nº 4.320/1964 e a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da anualidade permite que o orçamento aprovado para um exercício financeiro seja automaticamente prorrogado para o exercício seguinte, caso não haja nova aprovação legislativa, desde que os gastos estejam relacionados à continuidade administrativa.
- b) O princípio da unidade determina que a Lei Orçamentária Anual (LOA) deve consolidar todas as receitas e despesas em um único documento, vedando a possibilidade de orçamento segmentado por diferentes entes ou órgãos do poder público.
- c) O princípio da exclusividade estabelece que a Lei Orçamentária Anual (LOA) não pode conter dispositivo que trate de matéria diversa de receitas e despesas públicas, exceto autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.
- d) O princípio da universalidade impede que despesas realizadas por meio de operações de crédito sejam incluídas no orçamento anual, já que não se constituem receitas ordinárias.
- e) A violação dos princípios orçamentários não acarreta responsabilidade fiscal para os gestores públicos, uma vez que tais princípios têm caráter meramente orientador e não vinculante.

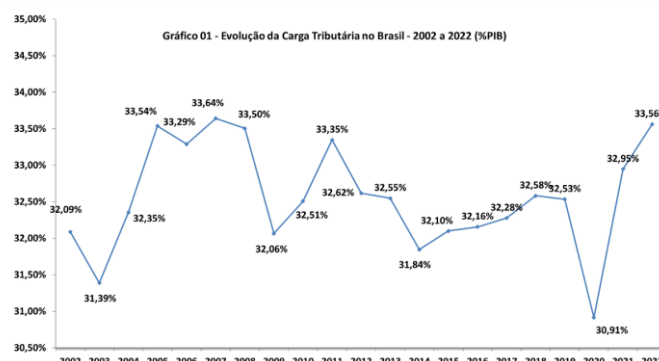
51. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Nova Aurora identificou a necessidade de incentivar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas em setores estratégicos da economia local. Após estudos técnicos e uma análise de viabilidade, foi proposto o uso de subvenções econômicas como parte de um programa de apoio ao crescimento desses setores. A proposta envolvia diferentes modalidades de subvenção, destinadas tanto à cobertura de despesas de custeio quanto ao incentivo a atividades produtivas e inovadoras.

Em relação ao conceito e às espécies de subvenção econômica, assinale a alternativa correta:

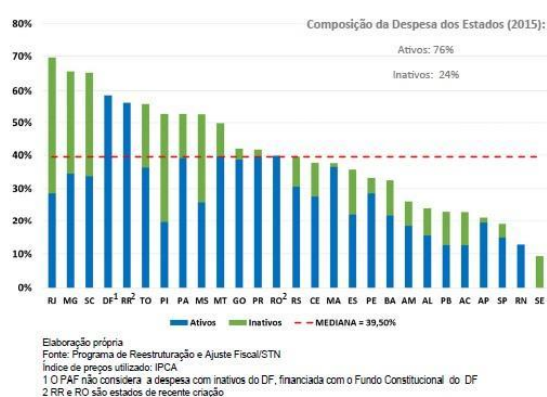
- a) Subvenções econômicas são destinadas exclusivamente a entidades sem fins lucrativos e não podem ser utilizadas para apoiar empresas privadas com fins lucrativos, mesmo em setores estratégicos da economia.
- b) Subvenções econômicas podem ser concedidas sob duas espécies principais: subvenções de custeio e subvenções para investimentos em ativos fixos, sendo vedado o uso de subvenções para cobertura de prejuízos operacionais.
- c) As subvenções econômicas classificam-se como auxílios financeiros a entidades públicas e privadas, devendo ser utilizadas exclusivamente para financiar despesas de capital.
- d) A subvenção econômica é uma forma de incentivo financeiro concedido a empresas, podendo abranger tanto subvenções de custeio, destinadas à cobertura de despesas operacionais, quanto subvenções destinadas ao financiamento de atividades produtivas ou de inovação.
- e) Subvenções econômicas não podem ser concedidas a empresas com participação estatal, uma vez que estas já são consideradas beneficiárias de vantagens econômicas derivadas da intervenção do Estado.

52. Um estudo técnico apresentado ao Ministério da Economia analisou a evolução das receitas e despesas públicas da União nos últimos 5 anos. O estudo indicou que, apesar do crescimento contínuo das receitas tributárias, o aumento das despesas com pessoal e encargos sociais gerou um descompasso nas contas públicas, levando a um desequilíbrio fiscal em determinados exercícios. Em consequência, foi necessário adotar medidas de limitação de empenho e contingenciamento de recursos. Analise os dados a seguir.

Gráfico 1: Evolução da Carga Tributária Federal (2002-2022)



CRESCIMENTO REAL DAS DESPESAS COM PESSOAL ENTRE 2009 E 2015



Com base nas informações dos gráficos e nos conceitos de receita e despesa pública, assinale a alternativa correta:

- a) A receita pública, representada no gráfico 1, engloba apenas as receitas de capital tributárias,

- excluindo qualquer forma de outras receitas, como operações de crédito ou alienação de bens.
- b) As despesas com pessoal e encargos sociais, representadas no gráfico 2, são classificadas como despesas de capital, uma vez que envolvem gastos permanentes com a estrutura do Estado.
- c) A receita pública pode ser classificada em receitas correntes e de capital, sendo que as receitas de capital incluem, entre outras, as provenientes de operações de crédito e alienação de bens.
- d) As despesas públicas, como as despesas com pessoal, não são consideradas obrigatórias, podendo ser contingenciadas a qualquer momento, independentemente das disposições orçamentárias.
- e) As receitas públicas de capital, ainda que aumentem de forma significativa, não podem ser utilizadas para despesas correntes, devendo ser destinadas exclusivamente a investimentos e amortização da dívida pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

- 53.** Marque a alternativa INCORRETA quanto às normas previstas na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB) acerca da decisão administrativa e da responsabilidade dos agentes públicos:
- a) A decisão que decretar a invalidação de ato administrativo deverá indicar, quando for o caso, as condições para que a regularização do ato ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais.
- b) A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos resultantes da conduta dos envolvidos, a qual não admitirá compromisso processual entre os envolvidos.

- c) A decisão que estabelecer orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.
- d) A decisão que decretar a invalidação de ato administrativo deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.
- e) Não se deve decidir com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

54. Segundo dispõe a Lei de Conflito de Interesses (Lei 12.813/2013), é correto afirmar que:

- a) informação privilegiada representa o dado resultante do confronto entre interesses públicos e privados, em magnitude tal que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.
- b) conflito de interesses envolve assuntos e interesses relevantes ao processo de decisão no âmbito do Poder Executivo federal que tenha repercussão econômica ou financeira e que não seja de amplo conhecimento público.
- c) a existência de lesão ao patrimônio público ou o recebimento de vantagem pelo agente público são imprescindíveis para a ocorrência de conflito de interesses.
- d) É facultado aos Ministros de Estado a divulgação, mensal, por meio da internet, de sua agenda de compromissos públicos.
- e) Configura conflito de interesses após o exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal divulgar, a qualquer tempo, informação privilegiada obtida em razão das atividades exercidas.

55. A respeito do Processo Administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica (Lei 12.846/2013), é INCORRETO afirmar que:

- a) será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por dois ou mais servidores estáveis.
- b) A comissão processante poderá, cautelarmente, propor à autoridade instauradora que suspenda os efeitos do ato ou processo objeto da investigação.
- c) Será concedido à pessoa jurídica prazo de trinta dias para defesa.
- d) Após concluído o processo, este será remetido para julgamento, contendo o relatório da comissão.
- e) A responsabilização civil das pessoas jurídicas pressupõe a demonstração de dolo ou culpa, nos âmbitos administrativo e civil.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA BNDES

Géssica Ehle

56. De acordo com a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, que institui a Taxa de Longo Prazo (TLP),

- I. Taxa de Longo Prazo é composta da taxa de juros prefixada baseada na estrutura a termo da taxa de juros das Letras do Tesouro Nacional (LTN) e das Notas do Tesouro Nacional Série F (NTN-F) para o prazo de 5 (cinco) anos.
- II. Taxa Prefixada é toda Taxa composta da taxa de juros prefixada baseada na estrutura a termo da taxa de juros das LTN e das NTN-F para o prazo de 3 (três) anos.
- III. Taxa Prefixada do Programa de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas (Taxa Prefixada MPME): composta da taxa de juros prefixada baseada na estrutura a termo da taxa de juros das LTN e das NTN-F para o prazo de 3 (três) anos, aplicável exclusivamente para microempresas e pequenas empresas, em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

(Lei do Simples Nacional), e para médias empresas, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Está incorreto o que se afirma em:

- a) Apenas a I
- b) Apenas a II
- c) Apenas a III
- d) Nenhuma das assertivas
- e) Todas as assertivas

57. A Lei nº 1.628/1952, que cria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, dispõe que o mesmo terá autonomia

- a) patrimonial e não terá personalidade jurídica própria
- b) financeira e não terá acesso às vantagens e regalias sobre impostos e taxas
- c) administrativa e personalidade jurídica própria
- d) jurisdicional e personalidade jurídica própria
- e) política institucional, mas não terá personalidade jurídica própria

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

58. Conforme prevê a Constituição Federal, alguns tributos só podem ser instituídos através de Lei Complementar. É o que alguns juristas denominam de Reserva de lei Complementar. Exige Lei Complementar para a sua instituição os tributos abaixo, exceto:

- a) Empréstimos Compulsórios.
- b) Impostos Extraordinários de Guerra.
- c) Imposto sobre Bens e Serviços - IBS.
- d) Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS.
- e) Imposto sobre Grandes Fortunas.

59. Com relação à responsabilidade tributária, analise as afirmativas a seguir.

I-) No caso de hasta pública de bem imóvel, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis se sub-rogam sobre o respectivo preço.

II-) Em processo de falência, o produto da alienação judicial de empresa permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de 2 anos, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extraconcursais ou de créditos que preferem ao tributário.

III-) A empresa sucessora, resultante de fusão, é responsável pelos tributos devidos pela sucedida e pelas multas de mora e punitiva.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

60. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

I-) Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar livros fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.

II-) É vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.

III-) Não é vedada a divulgação de informações relativas a parcelamentos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

61. Sr. P retirou-se da sociedade que possuía com os Srs. Q e Z. À luz dos preceitos celetistas, é correto afirmar que, em regra, Sr. P:

a) não responderá pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio.

b) responderá solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até cinco anos depois de averbada a modificação do contrato.

c) responderá subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até cinco anos depois de averbada a modificação do contrato.

d) responderá subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.

e) responderá solidariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.

62. Sra. A é empregada na empresa Y, recebendo remuneração de R\$ 17 mil por mês. Referida empresa está passando por um duro processo de reestruturação e alertou aos respectivos empregados sobre a possibilidade de dispensa coletiva.

Supondo que o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social é de R\$ 7.786,02, à luz das regras previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, é INCORRETO afirmar que:

- a) Sra. A poderá pactuar, por sua iniciativa, cláusula compromissória de arbitragem.
- b) É facultado à Sra. A e seu empregador firmarem termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, perante o sindicato da categoria, mesmo durante a vigência do contrato de emprego.
- c) Caso a empresa decida realizar dispensa imotivada coletiva de seus empregados, haverá necessidade de autorização prévia de entidade sindical, mas não se exige celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.
- d) Caso a empresa decida realizar dispensa imotivada coletiva de seus empregados, não haverá necessidade de autorização prévia de entidade sindical, nem se exige celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.
- e) Caso Sra. A possua nível superior, poderá estipular livremente sua relação contratual com a empresa, em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho e às decisões das autoridades competentes, com a mesma eficácia legal e preponderância sobre os instrumentos coletivos relativamente ao enquadramento do grau de insalubridade.

63. No tocante ao 13º salário, considerando o disposto nas Leis 4.749/65 e Lei 4.090/62, bem como a jurisprudência sumulada do TST, julgue os itens a seguir:

- I. O empregador não estará obrigado a pagar o adiantamento, no mesmo mês, a todos os seus empregados.
- II. A gratificação corresponderá a 1/10 avos da remuneração devida no mês de dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente.
- III. O valor nominal da gratificação natalina não pode ser objeto de negociação coletiva para fins de redução.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) II e III.

DIREITO INTERNACIONAL*Áulus Wazee*

64. As normas indiretas de Direito Internacional Privado são aquelas que indicam a lei aplicável a uma situação jurídica com conexão internacional, estabelecendo, assim, as chamadas regras de conexão. As regras de conexão são formadas por dois componentes: o objeto de conexão e o elemento de conexão. O objeto de conexão é a matéria disciplinada pela norma. Trata-se da situação jurídica para a qual é apontada a legislação aplicável. O elemento de conexão, por outro lado, é o critério apontado pela norma para identificar a legislação aplicável ao caso. Trata-se da condição descrita na norma que determina a lei que deve reger a situação em tela. Sobre as regras de conexão do Direito Internacional Privado brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Para o Brasil, a lei do país de nacionalidade da pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, sobre o nome, sobre a capacidade e sobre os direitos de família.
- b) Para o Brasil, as relações jurídicas referentes a bens imóveis são regidas pela lei do país de nacionalidade de seu proprietário.
- c) Para o Brasil, a prova de fatos ocorridos no exterior é regida, quanto aos ônus e aos meios de produção, pela lei brasileira.
- d) Para o Brasil, as obrigações são qualificadas e regidas pela lei do país em que for domiciliado o devedor.
- e) Para o Brasil, os bens móveis em trânsito são regidos pela lei do país em que for domiciliado o proprietário.

65. Sobre a estrutura institucional e funcionamento da Organização Mundial do Comércio, assinale a alternativa correta.

- a) O órgão de cúpula da OMC é o Conselho Geral, que tem reuniões ordinárias a cada dois anos.

- b) Na OMC, as decisões são adotadas, em regra, por unanimidade.

- c) No âmbito do sistema de solução de controvérsias da OMC, o relatório do grupo especial submetido ao Órgão de Solução de Controvérsias é adotado por consenso negativo.

- d) Para que um Estado ou território aduaneiro possa aderir à OMC, exige-se concordância de 3/4 dos membros da organização.

- e) Quando há votação, cada membro da OMC tem direito a um voto, e as decisões são tomadas, sempre, pela maioria dos votos.

DIREITO PENAL*Antônio Pequeno*

66. Caio, servidor público, compareceu à sede da sociedade empresária XYZ e, agindo com dolo, exigiu de João, sócio do estabelecimento comercial, tributo que sabia indevido. Inconformado, o empresário fez contato com uma guarnição da Polícia Militar que passava pela localidade. Na sequência, após tomarem ciência dos fatos, os policiais deram voz de prisão em flagrante ao agente público pela prática de crime contra a Administração Pública, encaminhando-o à delegacia de polícia mais próxima.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio responderá pelo crime de

- a) corrupção ativa, com uma causa de aumento de pena.
- b) corrupção ativa, sem causas de aumento de pena.
- c) corrupção passiva simples.
- d) excesso de exação
- e) concussão.

67. Caio e João, policiais militares, realizavam patrulhamento de rotina, ocasião em que, em observância às formalidades legais, abordaram Tício, com ele encontrando 600 gramas de cocaína. Cientificado dos seus direitos constitucionais, o agente confessou ser traficante, oferecendo R\$ 5.000,00 para cada policial, caso o liberassem.

Considerando as disposições do Código Penal, Tício, além do tráfico de drogas, responderá pelo crime de:

- a) excesso de exação;
- b) corrupção passiva;
- c) corrupção ativa;
- d) concussão;
- e) peculato.

68. A Lei nº 9.613/1998 tipifica, no respectivo art. 1º, os crimes de lavagem de dinheiro, com enquadramento penal básico consistente na ocultação ou dissimulação da natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal, ao tempo em que estabelece, nos arts. 2º a 7º, disposições especiais referentes a processo e julgamento, bem como aos efeitos pessoais e patrimoniais de eventual condenação.

Considerando os aspectos legais referentes à lavagem de dinheiro e o fato de que ela se desenvolve em fases que eventualmente se superpõem ou comunicam, assinale a alternativa correta

- a) primeira fase da lavagem de dinheiro, denominada “dissimulação” (layering), é caracterizada por uma multiplicidade de operações e transações realizadas mediante empresas e contas sem aparente relação com o agente envolvido na prática delituosa, tornando impossível ou extremamente difícil identificar a origem ilícita dos bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.
- b) Os crimes de lavagem de dinheiro somente se configuram caso sejam cometidos de forma

reiterada ou se a infração penal antecedente tiver sido praticada por organização criminosa.

- c) A pena para os crimes de lavagem de dinheiro poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime semiaberto ou aberto, sendo possível ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos, se o agente, no curso de investigação ou processo, colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto da infração penal.
- d) Os tipos penais de lavagem de dinheiro admitem a forma culposa, em que o agente criminoso dá causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.
- e) O processo e julgamento dos crimes de lavagem de dinheiro são de competência exclusiva da Justiça Federal.

DIREITO AMBIENTAL*André Rocha*

69. A responsabilidade ambiental no Brasil abrange três esferas principais: civil, administrativa e penal. Ela é fundamentada na Constituição Federal de 1988 e em legislações específicas, como a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998). Essas responsabilidades visam garantir que atos ou omissões que causem danos ao meio ambiente sejam devidamente responsabilizados, incentivando a proteção e recuperação dos recursos naturais.

Sobre a tríplice responsabilidade ambiental no Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) A tríplice responsabilidade ambiental é baseada no princípio da responsabilidade objetiva, podendo o causador do dano ambiental ser responsabilizado independentemente de culpa.
- b) A responsabilidade administrativa ambiental é centralizada no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), mas possibilita-se que secretarias estaduais e municipais de meio ambiente também apliquem sanções se autorizadas por esse órgão federal.
- c) Aplicam-se as responsabilidades ambientais administrativa e civil a pessoas físicas e jurídicas, enquanto a responsabilidade penal ambiental aplica-se somente a pessoas físicas.
- d) Não se aplica ao Direito Ambiental e teoria da desconsideração da personalidade jurídica.
- e) A função da responsabilidade civil ambiental é essencialmente reparatória, ou seja, busca restaurar o meio ambiente ao estado anterior ao dano, sempre que possível. Caso a recuperação seja inviável, pode haver a indenização ou a compensação financeira, destinada, por exemplo, a projetos de restauração ambiental.

70. A gestão ambiental no Brasil é estruturada com base em um sistema de competências que distribui as responsabilidades entre os diferentes entes federativos: União, estados, municípios e o Distrito Federal. Essa divisão de competências é regulada pela Constituição Federal de 1988, especialmente em seu artigo 23, e pela Lei Complementar nº 140/2011, visando garantir uma governança eficiente e coordenada na proteção e preservação do meio ambiente.

Considere uma empresa que quer instalar um novo estabelecimento em uma área que está dentro dos limites de uma Área de Relevante Interesse Ecológico instituída por decreto federal, localizada estritamente dentro dos limites de um determinado estado da federação e gerida pelo ICMBio. Acerca dessa situação e considerando que o empreendimento se enquadra nas hipóteses de exigência de licenciamento ambiental, é correto afirmar que:

- a) A empresa deverá entrar com pedido de licenciamento junto ao órgão ambiental licenciador estadual, haja vista a localização do empreendimento se restringir aos limites estaduais.
- b) A Área de Relevante Interesse Ecológico não poderia ter sido criada por decreto federal, apenas por lei.
- c) O empreendimento não pode ali ser instalado, pois a Área de Relevante Interesse Ecológico representa uma categoria de Unidade de Conservação de proteção integral, cujo objetivo principal é a preservação ambiental.
- d) A empresa deverá entrar com pedido de licenciamento junto ao IBAMA.
- e) O licenciamento deverá ocorrer de forma conjunta entre o IBAMA e o órgão estadual, em virtude do compartilhamento de interesses comuns.

Questão 01

Racismo ambiental é um termo usado para descrever situações de injustiça social no meio ambiental em contexto racializado, ou seja, que envolvam minorias étnicas, como as populações indígenas, negras e asiáticas. Situações de injustiça ambiental podem incluir a inacessibilidade a recursos naturais (como ar limpo, água potável e outros benefícios ecológicos), a exclusão da tomada de decisão sobre territórios tradicionais e recursos naturais locais, e também o sofrimento das mazelas das degradações ambientais, como inundações, queimadas, poluição e contaminação pela extração de recursos naturais e industriais, exposição a resíduos tóxicos, ausência de saneamento básico, situação precária de moradia. Normalmente, quando referido dentro de um contexto internacional, o racismo ambiental descreve as relações ecológicas desiguais entre as nações industrializadas (o Norte Global) e países mais pobres (o Sul Global).

Internet: <pt.wikipedia.org> (com adaptações).

Considerando o caráter meramente informativo do texto acima, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema: **COMUNIDADES PERIFÉRICAS NAS GRANDES CIDADES BRASILEIRAS E RACISMO AMBIENTAL.**

Em seu texto,

- 1 apresente um exemplo de injustiça ambiental sofrida por essas comunidades, discutindo sua relação com a desigualdade social;
- 2 discorra sobre formas de garantir maior justiça ambiental a essas comunidades;
- 3 discorra sobre o racismo ambiental nesses contextos e sua relação com “as relações ecológicas desiguais entre as nações industrializadas (o Norte Global) e países mais pobres (o Sul Global)”.

Extensão até 40 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Questão 02

Em uma situação hipotética, o Poder Executivo da União elaborou suas peças de planejamento orçamentário. De todas as etapas e condições constitucionais necessárias, coube destaque aos seguintes fatos:

- a. Os projetos do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual foram apreciados pelas duas casas do Congresso Nacional.
- b. Foi aprovada uma emenda ao projeto da Lei Orçamentária Anual, da seguinte forma:
 - b.1. a fonte de recurso foi proveniente de anulação de despesa.
 - b.2. a despesa anulada referia-se ao serviço da dívida.
- c. A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabeleceu:
 - c.1. de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - c.2. metas e prioridades da administração pública federal e as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública. Além disso, orientou a elaboração da lei orçamentária anual, dispôs sobre as alterações na legislação tributária e estabeleceu a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- d. Apesar da regra de que a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, foram inseridos artigos para
 - d.1. abertura de créditos suplementares e especiais
 - d.2. contratação de operações de crédito.
- e. Na execução do orçamento, foi realizada, sem prévia autorização legislativa, transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo

Manifeste-se sobre esses fatos quanto à compatibilidade de cada um deles com o disposto na Constituição Federal de 1988. Justifique sua resposta.

Resposta em até 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 03

Altair, sócio de uma sociedade simples constituída por prazo indeterminado, informou aos demais sócios que pretendia se retirar da sociedade. A notificação observou o prazo legal e, quinze dias após o recebimento da notificação, os demais sócios se reuniram para deliberar a dissolução da sociedade, sendo a decisão aprovada por votos correspondentes a 63% (sessenta e três por cento) do capital.

A sócia Gália, titular de 29% (vinte e nove por cento) do capital social, que ficou vencida na deliberação, pretende anulá-la sob os seguintes argumentos: a) os sócios somente poderiam deliberar a dissolução da sociedade após o pagamento dos haveres ao sócio Altair e, na data da deliberação, isso não havia ocorrido; e b) inobservância do quórum exigido para deliberação sobre a dissolução.

Considerando os fatos narrados e os argumentos apontados pela sócia Gália para invalidação da deliberação, responda aos itens a seguir.

- a) Os sócios poderiam deliberar a dissolução da sociedade?
- b) Foi observado o quórum regular na deliberação?

Resposta em até 15 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 04

A Empresa Pública X, por intermédio de seu setor competente, iniciou os atos preparatórios para a realização de licitação, com fundamento na Lei nº 13.303/2016, cujo objeto é a execução de obra para atender às necessidades de iluminação das áreas operacionais da sua sede e subsidiárias, com valor estimado para a execução em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Entretanto, em razão de discordâncias acerca de eventuais ilegalidades que podem ser apontadas, foram solicitados ao setor jurídico alguns esclarecimentos.

Assim, à luz da Lei nº 13.303/2016, na qualidade de responsável pelo setor jurídico, apresente os seguintes esclarecimentos:

- a) Qual é a sequência de fases do procedimento licitatório?
- b) Para a contratação de obras em que o critério de julgamento adotado seja o menor preço, qual é o prazo mínimo que deve ser observado entre a divulgação do instrumento convocatório e a apresentação das respectivas propostas ou lances?
- c) Na contratação de obras, quais são as modalidades de garantia previstas para o contrato? Em regra, qual é o valor limite dessa garantia?
- d) É necessária a celebração de termo aditivo para formalizar a variação do valor contratual em razão de reajuste de preços previsto no próprio contrato?

Extensão até 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 05

Considere o caso hipotético apresentado a seguir. Uma gestante que desempenha uma atividade classificada como insalubre em grau médio requisitou seu afastamento das atividades funcionais.

No entanto, nesse contexto hipotético, apenas as atividades insalubres em grau máximo acarretariam afastamento da grávida de suas ocupações. As atividades insalubres em grau médio ou mínimo podem permitir que a gestante seja afastada, porém a gestante terá que apresentar um atestado de um médico de confiança que expressamente recomende seu afastamento do ambiente insalubre durante a gestação.

A mesma gestante indagou sobre o exercício do seu trabalho durante a lactação, tendo-lhe sido informado que, nesse caso, seria indispensável o atestado médico que recomendasse o distanciamento da atividade desempenhada. Em qualquer hipótese, a gestante ou lactante continuaria a receber o adicional de insalubridade.

Nesse contexto, elabore um texto dissertativo, que, de modo fundamentado, desenvolva os seguintes aspectos:

- a argumentação consistente sobre se há proteção adequada à mulher gestante ou lactante, ao nascituro e ao recém-nascido nesse contexto hipotético;
- a proteção da gestante e da lactante de forma adequada no ambiente de trabalho, considerando a Constituição Federal de 1988 bem como se a situação está de acordo com a proteção dos direitos sociais das trabalhadoras;
- a correlação entre a proteção à mulher gestante e lactante e a igualdade de todos perante a Constituição Federal de 1988.

Resposta em até 20 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
